



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

**SENTENÇA**

Processo nº: **1008118-07.2018.8.26.0037**  
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Anulação**  
Requerente: **Joaquim Silva dos Santos**  
Requerido: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

**Joaquim Silva dos Santos**, qualificado (a)(s) nos autos, ajuizou(aram) ação contra o **Departamento Estadual de Trânsito - Detran**, pretendendo a anulação do procedimento administrativo de suspensão/cassação do direito de dirigir nº 214-8/2017, por ausência de fundamentação na decisão administrativa de indeferimento dos seus recursos. Acrescenta que trabalha como vendedor de frutas e necessita da CNH para o sustento da família, além do que sua esposa tem doença grave, com dificuldades de locomoção, sendo o requerente quem a conduz para as consultas. Pediu tutela provisória para suspender a determinação de entrega de sua CNH e a anulação do processo de suspensão ou cassação da CNH e das multas que o originaram. Apresentou os documentos de fls. 16/31.

Indeferida a tutela provisória de urgência (fls. 32).

Citado, o Departamento Estadual de Trânsito - Detran apresentou a resposta de fls. 38/41, sustentando que o autor tem dois processos de suspensão da CNH por dirigir alcoolizado e que as decisões foram fundamentadas, ainda que sucintamente, citando jurisprudência. Juntou documentos (fls. 42/46).

**1008118-07.2018.8.26.0037 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Réplica às fls. 51/52.

É o Relatório.

### **Fundamento e Decido.**

Julgo antecipadamente o feito, autorizado pelo artigo 355, I, do Código de Processo Civil e porque a partes não postularam a dilação probatória.

Sem preliminares a serem apreciadas.

Irresigna-se o autor essencialmente contra a decisão administrativa proferida no procedimento nº 214-8/2017, que seria desprovida de fundamentação.

Os órgãos administrativos não estão obrigados a discorrer profundamente, em seus julgamentos, acerca de todas as teses deduzidas pela defesa, e o que se tem dos autos é que a decisão administrativa analisou suficientemente os motivos invocados na peça defensiva, sendo suficiente à compreensão dos motivos pelos quais foi rejeitado o recurso.

Na hipótese dos autos, percebe-se que o autor foi devidamente notificado dos trâmites processuais na esfera administrativa, tanto que apresentou os recursos inerentes.

Anote-se que a mera notificação do que restou decidido no procedimento administrativo não se confunde com a própria decisão administrativa, não tendo o autor demonstrado impossibilidade de acesso ao processo administrativo para delas tomar ciência.

Não é possível verificar, de plano, a presença de nenhum vício, irregularidade ou ilegalidade manifesta no processo administrativo ora impugnado, que sejam passível de conhecimento e correção, devendo ser considerado válido em todos seus aspectos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Segundo as informações prestadas pelo órgão de trânsito, o autor responde a dois processos administrativos por dirigir sob efeito de álcool, sendo os de números 2148/2017 e 1685/2018 (fls. 43/46) e, ainda que sejam sensíveis os problemas familiares mencionados na inicial, não pode invoca-los para se livrar das consequências legais advindas destas infrações.

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a ação, com resolução do mérito, na forma do Artigo 487, I, do Código de Processo Civil.

Condeno o autor no pagamento das custas e despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em R\$600,00 (seiscentos reais), respeitada a gratuidade processual.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 29 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**